



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO
ESTADO DO AMAZONAS



SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO
ESTADO DO AMAZONAS



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS NA AGRICULTURA

*O QUE ESPERAMOS DO
PRÓXIMO GOVERNADOR*

AGOSTO DE 2018

APRESENTAÇÃO

Em dezembro do ano passado, segundo a **Síntese dos Indicadores Sociais**, com dados levantados e divulgados pelo IBGE, apontou o Amazonas como o segundo estado com o maior número de pobres (49,2%).

Mais recentemente, segundo o **Índice de Desenvolvimento Municipal**, levantado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o município de Ipixuna ficou em último lugar nos indicadores de educação, saúde, emprego e renda entre todos os municípios do Brasil. O Amazonas ficou entre os piores estados nos indicadores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Além dos dados acima, também é fato a grave crise que atravessa o Polo Industrial de Manaus.

Ante ao exposto, e no intuito de contribuir com a retomada do crescimento dos nossos 62 municípios, apresentamos, a seguir, propostas convergentes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), da Organização das Cooperativas do Estado do Amazonas (OCB) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Amazonas (FETAGRI-AM) pautadas no aproveitamento das inúmeras potencialidades do setor primário do nosso estado.

POLÍTICA AGRÍCOLA

- Que seja fortalecida a implementação de gestão técnica no Sistema SEPROR;
- Que seja priorizado o fortalecimento do serviço de defesa agropecuária visando a obtenção do reconhecimento nacional e internacional de área livre da febre aftosa sem vacinação para todo o território do Amazonas;
- Realização de gestões junto aos bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa) para reduzir a burocracia e ampliar a rede bancária no interior do Amazonas facilitando o acesso dos produtores rurais ao crédito rural dos dois Planos Safras do Governo Federal (Agricultura Familiar e Empresarial);
- Apoiar o avanço do Cooperativismo de Crédito nos 62 municípios com base na Lei Complementar 161/2018;
- Lançar, anualmente, o Plano Safra do Amazonas, com foco nas potencialidades regionais ligadas a agricultura familiar e empresarial, pesca artesanal, extrativismo e aquicultura. (convencional, orgânica e agroecológica);
- Discutir a aplicação do novo orçamento do Sistema SEPROR no âmbito do CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável);
- Implantar agência da AFEAM nos 62 municípios;
- Ampla revisão em todos os critérios de operacionalização do PREME (Programa de Regionalização da Merenda Escolar);
- Ampla revisão em todos os critérios de operacionalização do PROMOVEIS (Programa de Regionalização de Móveis Escolares);
- Que seja implementado um programa de revitalização da produção de fibras naturais (malva e juta) reduzindo a importação e atendendo, com matéria prima regional, as indústrias instaladas na região. Nesse sentido, dever ser priorizado o pagamento e atualização da subvenção, compra de sementes no Pará, apoio ao Projeto de Inovação Tecnológica (PIT Malva), atualização do custo de produção com visita ao campo e, ainda, a finalização dos estudos/experiências e a imediata colocação da máquina descortadora a serviço do juticultor;

- Que seja implementado programa de revitalização da produção da borracha extrativa com a atualização do pagamento da subvenção estadual e o funcionamento da Usina de borracha de Iranduba;
- Que seja implementado programa para o cultivo da seringueira com as tecnologias já disponíveis na Embrapa. O incentivo ao extrativismo e ao cultivo da seringueira objetiva reduzir a importação de borracha e, com isso, atender a indústria de pneus instalada em Manaus;
- Inclusão da piaçava no programa estadual de subvenção;
- Defender o uso de sacaria biodegradável no estoque público do Governo Federal/Conab (Vendas em Balcão);
- Defender a inclusão de sementes não alimentícias (malva e juta) no âmbito do programa PAA/Sementes do Governo Federal;
- Que seja criada política pública de apoio à regularização sanitária da produção de queijos;
- Que seja formalizada a adesão do Amazonas ao Programa Federal Garantia Safra;
- Isentar a carga tributária estadual incidente sobre os insumos e implementos agropecuários, dando efetividade à Lei de Incentivos Fiscais;
- Defender junto ao Governo Federal o retorno e fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial;
- Definir estratégias para a recuperação e acompanhamento do crédito rural junto ao Banco do Brasil, Banco da Amazônia, CAIXA e AFEAM;
- Implementar a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo (Emenda Constitucional 86/2014);
- Criar o Conselho Estadual do Cooperativismo;
- Garantir assento junto à JUCEA dos 13 ramos do cooperativismo;
- Interceder junto ao Governo Federal para intensificar as ações de regularização fundiária do Programa Terra Legal;

- Implementar programa de incentivo à irrigação e incorporação de tecnologias nas propriedades rurais;
- Coibir através das forças de segurança pública a criminalidade no campo;
- Implantação de um setor ou departamento de economia rural na estrutura administrativa estadual tendo como um dos objetivos o levantamento, acompanhamento e análise dos diversos dados estatísticos agropecuários;
- Definição da área e viabilização da construção do novo Parque de Exposições Agropecuárias Eurípedes Ferreira Lins;
- Retomar a tradição da realização anual da Exposição Agropecuária do Amazonas – EXPOAGRO;
- Reduzir para 1% a alíquota de ICMS para abate de gado;
- Apoiar a agroindustrialização de produtos regionais, iniciando pela adequação e estruturação da Central de Abastecimento de Iranduba, do galpão existente no antigo Parque de Exposição e, também, em alguns municípios que servirão de polos nas calhas dos rios. Que o Fundo de Promoção Social (FPS) seja a fonte de recursos para essas agroindústrias e que seu uso seja coletivo (associações e cooperativas) e individual (produtor rural). Após adequação, a gestão seria repassada a grupos formais, entre eles a Central de Cooperativas Agropecuárias do Amazonas (Centralcoop) que já demonstrou interesse no galpão localizado na antiga EXPOAGRO;
- Intensificar, por meio da ADS, a captação de empresas privadas para implantação de projetos no estado, assim como buscar mercados nacionais e internacionais para os produtos regionais;

- Prestar total apoio na operacionalização da PGPMBio (Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade), assim como defender um "plus" adicional ao preço mínimo em decorrência dos serviços ambientais prestados pelos extrativistas e, também, identificar novos produtos da floresta para inclusão nessa política, entre eles o pirarucu de manejo e o peixe ornamental;
- Adotar providências para ampliar a participação dos nossos agricultores familiares e grupos formais, com DAP física e DAP jurídica, aos diversos instrumentos de compras públicas, com especial atenção ao PAA, PNAE e COMPRA INSTITUCIONAL (Forças Armadas);
- Que os órgãos públicos da esfera estadual também sejam obrigados a comprar, no mínimo 30%, e com recursos próprios, diretamente do produtor rural, seguindo o Decreto que instituiu o PAA/COMPRA INSTITUCIONAL;
- Ampliar a Chamada Pública da Agricultura Familiar da SEDUC para todos os 62 municípios;
- Em parceria com a Prefeitura de Manaus e o Programa Mesa Brasil/SESC providenciar a reciclagem das toneladas de alimentos descartadas diariamente pelas dezenas de feiras da capital, incluindo as administradas pela ADS. Os alimentos reciclados seriam destinados aos programas sociais;
- Definir áreas para o cultivo de milho e soja reduzindo a dependência externa desses insumos que são indispensáveis para a criação de animais;
- Reativar as indústrias de pescado de Maraã e Fonte Boa;
- Colocar o Centro de Biotecnologia da Amazônia em pleno funcionamento;
- Incentivar e apoiar iniciativas da Suframa para termos um Distrito Agropecuário com unidades demonstrativas de atividades primárias para que sirvam de incentivo e modelo para o desenvolvimento no interior do estado;

- Defender junto ao Governo Federal/Ministério da Agricultura a aplicação do PEP (Prêmio para Escoamento do Produto) para remoção de produtos regionais dentro do próprio estado do Amazonas em razão de suas dimensões continentais;
- Defender junto ao Governo Federal a ampliação do PAA/MUNICIPAL no interior do Amazonas;
- Defender junto ao Governo Federal um bônus diferenciado aos criadores rurais que acessam os leilões de estoque público de milho;
- Defender junto ao Governo Federal ampliação da capacidade de estocagem, regularidade no abastecimento e preço diferenciado do milho destinado ao Programa Vendas em Balcão;
- Pleitear junto ao Governo Federal a atualização dos preços de referência do Compra Direta da Agricultura Familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, em especial da farinha de mandioca e o peixe popular;
- Criar programa educativo voltado para a conscientização no uso seguro e correto dos defensivos agrícolas;

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Dotar as estradas, agrovilas e ramais dos municípios produtivos com base asfáltica para dar vazão à produção com rapidez e segurança;
- Ampliar as estradas vicinais prioritariamente em comunidades com o setor produtivo atuante;
- Fazer gestões junto ao Governo Federal para o asfaltamento da BR-317 no trecho do Estado do Amazonas;
- Fazer gestões junto ao Governo Federal para a recuperação da BR-319;

- Fazer gestões junto ao Governo Federal para o asfaltamento do perímetro urbano do Distrito do Santo Antônio do Matupi, localizado no Km. 180 da Rodovia Transamazônica;
- Viabilização da construção da ponte Iranduba – Manaquiri;
- Assegurar a mecanização agrícola em todo o Estado do Amazonas por pólos produtivos;
- Implementar gestões junto ao Governo Federal para asfaltamento da Transamazônica (trecho Humaitá / Apuí e ramais);
- Recuperação e asfaltamento da Estrada Novo Aripuanã / Apuí;
- Intensificar o Programa de Eletrificação Rural;
- Pleitear junto ao Governo Federal a construção de um armazém frigorífico público e de mais dois armazéns convencionais com capacidade total para 9 mil toneladas;
- Que o **Terminal Pesqueiro de Manaus** e o **Frigorífico Público do IDAM/SEPROR** passem a funcionar atendendo os atores da cadeia produtiva da pesca artesanal e da aquicultura na recepção, beneficiamento, congelamento e estocagem com vistas ao público consumidor e às compras públicas (PAA, PNAE, PREME e COMPRA INSTITUCIONAL);
- Estender os avanços tecnológicos de sinais de internet e de telefonia celular para a zona rural;
- Ampliar a parceria com o Governo Federal na construção de 30 mil unidades no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural;

PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- Contratação imediata, em 2019, dos aprovados nos concursos do IDAM e ADAF que deverão ser realizados ainda em 2018;

- Iniciar procedimentos para a realização de um novo concurso ao IDAM a ser implementado até o final 2022, com a contratação de mais 300 servidores;
- Estabelecer política de valorização e qualificação contínua de todos os profissionais ligados aos órgãos públicos do setor primário;
- Modernizar a ATER, através de diversos mecanismos, promovendo a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais;
- Capacitar os produtores rurais em mecanização agrícola, gerenciamento rural, entre outras atividades, modernizando a produção rural no Estado, e utilizando a estrutura do CETAM;
- Estimular o avanço da assistência técnica privada em parceria com cooperativas e sindicatos;
- Discutir junto às unidades locais de extensão rural o aperfeiçoamento do plano de trabalho contando com a participação direta dos dirigentes de sindicatos, cooperativas, associações e produtores rurais;
- Continuar priorizando a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);

EDUCAÇÃO

- Ampliar e aprimorar o sistema educacional rural, nos ensinos fundamental e médio para melhorar a qualidade da educação básica e seus egressos na zona rural;
- Ampliar os programas voltados para qualificação profissional de trabalhadores e produtores rurais dos diferentes níveis de escolaridade;
- Criar cursos de Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e de Agronomia (na UEA) em municípios vocacionados para a produção agropecuária e de piscicultura;
- Implantação de Escolas Agrícolas Estaduais em municípios pólo, com a opção de “internato”;
- Ampliação do programa de alfabetização de jovens e adultos para o meio rural;

MEIO AMBIENTE e QUESTÕES FUNDIÁRIAS

- Apoiar os municípios na estruturação de seus órgãos ambientais. Esses órgãos devem apoiar os produtores na realização dos complexos processos ambientais exigidos em lei, que devem ser municipalizados;
- Estruturar a Secretaria Estadual de Política Fundiária, com a ampliação do quantitativo de vistoriadores e georreferenciadores, de forma a ser implementado um amplo programa de regularização fundiária;
- Interceder junto ao Governo Federal para intensificar ações de regularização fundiária do Programa Terra Legal;
- Realizar gestões junto ao Governo Federal para a revisão de Unidades de Conservação – UC's ambientais no Sul do Amazonas que estão ocasionando problemas sociais e econômicos em razão de estarem localizadas em áreas já ocupadas produtivamente por famílias rurais;
- Implementar política de pagamento por serviços ambientais – PSA's a título de remuneração pela preservação do meio ambiente realizada pelo setor rural;
- Apoiar, facilitar e agilizar a regularização ambiental em parceria com Governo Federal/Ministério do Meio Ambiente, Prefeituras, implantando unidades do IPAAM para ajudar o produtor rural, incluindo a redução das taxas, a fim de que produzam com segurança, aumentem a renda familiar, fazendo o uso adequado do solo e dos recursos naturais na propriedade;
- Viabilizar junto ao Governo Federal a homologação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da calha do Purus e realizar o ZEE das demais regiões do Amazonas;

- Adotar providências visando a realização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) no Amazonas, instrumento essencial para a operacionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), acesso ao Seguro Rural e ao Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR). Essa ferramenta também facilita o maior acesso ao crédito rural junto aos agentes financeiros, mas só poderá ser iniciado no Amazonas após a conclusão do ZEE;
- Agilizar o Cadastro Ambiental Rural - CAR a todos os produtores rurais;
- Criação de viveiros de mudas florestais em municípios pólos para atender a demandas dos produtores rurais no sentido de prover o reflorestamento das áreas desmatadas;
- Adotar uma política de extensão ambiental, nos moldes da extensão rural, orientando e realizando pequenos projetos ambientais de forma que o produtor rural possa adotar métodos de produção ambientalmente sustentáveis;
- Repasse, em doação, de terras estaduais com base na Lei Orgânica do Município;

CONTROLE SOCIAL

- Fortalecimento e participação ativa do governo nos conselhos (CEDRS, CEMAAM, CONEPA, CONSEA), assim como estimulando esses fóruns em âmbito municipal;
- Promover, bianualmente, encontro estadual para avaliar as políticas voltadas para o setor primário;